

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 66ª Reunião Ordinária – 04//10/2016- 09h00min

UNESP – Rio Claro - Endereço: Av. 24 A, 1515 - Jardim Bela Vista, Rio Claro - SP, 13506-900

Membros Presentes	
ASSEMAE	(T) Rogério Padula Santamaria
ASSEMAE	(S) Ana Cristina P. Persicano Pinto
CETESB	(T) Lucia Vidor de Souza Reis
DAE STA BÁRBARA D'OESTE	(T) Cláudioaldo Viana dos Santos
DAE JUNDIAÍ	(S) Maria Elisabete Mendes Lopes Botan
F.M DE RIO CLARO	(T) Kátia M. Sampaio Cezarino
F.M DE RIO CLARO	(S) Luciana de Souza
FT-UNICAMP	(T) Cassiana Maria Reganhan Coneglian
GVS XX Piracicaba	(S) Luiz Ubirajara Oliveira de Barros
IAL RIO CLARO	(S) Maria Cecília Hitomi Kuzuoka Ferreira da Silva
IPSA – RIO CLARO	(T) Adriana Fabiana Corrêa da Silva
IPSA – RIO CLARO	(S) Dejanira Franceschi de Angelis
IPSA – RIO CLARO	(S) Maria Aparecida Benedita Bortolazzo
IPSA – RIO CLARO	(S) Miguel Madalena Milinski
ROTARY – RIO CLARO	(S) Dejanira de F. de Angelis
SANASA	(T) Rogério Padula Santamaria
SANASA	(S) Ana Cristina P. Persicano Pinto
SEMAE – PIRACICABA	(T) Antonio Carlos Ferreira
SORIDEMA	(T) Dejanira Franceschi de Angelis
SORIDEMA	(S) Raquel Eliana Metzner
VISA CORDEIRÓPOLIS	(T) Vanderlei Ocimar Marangon

Membros ausentes com justificativa

Entidade
PM DE IPEÚNA
IAL CAMPINAS
ODEBRECHT AMBIENTAL LIMEIRA
SABESP
VISA IRACEMÁPOLIS
UNESP/IB RIO CLARO
IAL CAMPINAS
GVE PRACICABA

Membros ausentes sem justificativa

Entidade
DRS-PIRACICABA
DAE DE AMERICANA
VISA Santa Gertrudes

(T) – Titular (S) Suplente (R) Representante

CONVIDADOS	
UNESP-IB	Dilza Aparecida Nalin

Abertura da 65ª Reunião Ordinária: a abertura da reunião aconteceu às 09h40min, pela Coordenadora Adriana, agradecendo a presença de todos e explicando a pauta única e o modelo de trabalho a ser adotado. **2. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos representantes por correio eletrônico. **3. Aprovação da Ata:** A ATA da 65ª Reunião Ordinária da CTSAM foi aprovada por unanimidade, sem necessidade de leitura. **4. Discussão do texto da Política de Saúde Ambiental;** foram divididos em grupos temáticos, com os seguintes temas a serem discutidos neste primeiro momento: Plano de Segurança da Água; índice de Salubridade Ambiental; Laboratórios, após cada grupo discutir os temas, o plenário da câmara se reuniu para apresentar as conclusões de cada grupo e fazer correções necessárias e demais ajustes nos textos, como segue: Plano de Segurança da Água: Plano de Segurança da Água dos Comitês PCJ. - Considerando as Guias da OMS (Organização Mundial da Saúde), Guidelines for Drinking-water Quality, Manual para el desarrollo de planes de seguridad del agua; o Guia para la implementación de Planes de Seguridad de Água em el Sector Rural de Honduras e Guia Amigable para el Desarrollo de Planes de Seguridad del Agua (PSA) en el Sector Rural de Honduras; o modelo metodológico do PSA - Plano de Segurança da Água da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), do Ministério da Saúde, os Comitês PCJ adotarão o Plano de Segurança da Água como ferramenta de planejamento e avaliação da qualidade da água para consumo humano do manancial até a torneira do consumidor. - Cada Produtor de água será responsável por elaborar e implantar seu Plano de Segurança da Água de acordo com a realidade local, considerando a bacia como unidade de Planejamento e tendo como apoio o Plano das Bacias PCJ 2010 -2020. - Os Comitês PCJ serão responsáveis pelo suporte técnico e financeiro para a construção dos Planos de Segurança da Água. - Os PSA devem ser desenvolvidos pelos responsáveis pelo sistema ou solução alternativa coletiva, ou individual de abastecimento de água, acompanhados pelo Comitê das Bacia Hidrográfica

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 66ª Reunião Ordinária – 04//10/2016- 09h00min

UNESP – Rio Claro - Endereço: Av. 24 A, 1515 - Jardim Bela Vista, Rio Claro - SP, 13506-900

Piracicaba, Capivari, Jundiá, e por representantes do setor saúde da esfera Municipal e federativa correspondente. - Os responsáveis pelo Plano de Segurança da Água deverão fazer parcerias com Funasa, Centros de Referência em Segurança da Água, Vigilâncias Sanitárias, Universidades e outras Instituições de referência em Segurança da Água para a construção dos seus planos. - O Plano de Segurança da Água nas Bacias PCJ devem estar vinculados nos planos diretores e de saneamento dos Municípios. - Os responsáveis pelo Plano de Segurança da Água deverão utilizar a Avaliação em Saúde Ambiental voltada aos Recursos hídricos e demais programas desta Política que possam auxiliar na construção do Plano de Segurança da Água. - Os responsáveis pelo Plano de Segurança da Água deverão adotar equipe multidisciplinar em sua elaboração, sendo de fundamental importância defesa civil, departamento de estradas de rodagem, Secretaria de Planejamento, obras e meio ambiente, outros setores do Município, e principalmente o setor saúde Municipal e Regional. - Os planos de segurança da água deverão ser publicados no Diário Oficial do Município e site dos Comitês PCJ na página da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, e demais meios de comunicação. - Os Comitês PCJ por meio da Câmara Técnica de uso da água no meio Rural com apoio da CTSAM e outras Câmaras Técnicas serão responsáveis por fomentar a construção dos Planos de Segurança da água no meio Rural. - Os Comitês PCJ por meio da Câmara Técnica de Saúde Ambiental farão capacitação sobre segurança da água aos Municípios. Índice de Salubridade Ambiental - Índice de Saúde Ambiental por município nas Bacias PCJ. **Objetivo do Índice:** Avaliar o município com relação aos indicadores de preservação e recuperação, da quantidade e qualidade de seus recursos hídricos, visando a proteção da saúde ambiental.

Componentes de interesse do índice	Indicadores	Peso
1. Dados do manancial (superficial ou subterrânea) Água bruta	% cobertura florestal do Município % área urbanizada % APPs vegetadas Reservação de água	Peso

	IAP, IQA	
2. Dados do município saneamento básico	% Coleta de esgotos, % de tratabilidade de esgotos, eficiência de ETEs (Sistema Primário, Secundário, Terciário) Destinação adequada de lodos de ETE de ETA, <u>ICTEM</u> , Destinação dos Resíduos lqr DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA	Peso
3. Dados do município serviço de água de abastecimento	% de atendimento de água tratada e distribuída para a população, % de monitoramento dos parâmetros de Qualidade da água de abastecimento público de acordo com a Portaria 2914. Disponibilidade x Demanda (Saturação do sistema produtor) Índice de perdas de água tratada	Peso
4. Ações do município quanto à gestão da saúde ambiental dos recursos hídricos	Mapeamento de nascentes, Monitoramento de mananciais, Planejamento urbano e rural de uso e ocupação de solo, Áreas de proteção ambiental, Pagamento de Serviços Ambientais, Controle de vetores, Plano de Segurança de água, Plano de Saneamento, Plano de Segurança hídrica, Outras ações relacionadas reconhecidas pela CTSAM.	Peso
5. Ações do Município quanto a situação socioambiental	Indicador de controle de vetor (Dengue – Leptospirose – Leishmaniose) População em áreas de risco (Ocupação espontânea)	Peso

As fontes de informação oficiais utilizadas para compor o ISA PCJ Serão: SNIS – Sistema Nacional de Informação de Saneamento; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Florestal; CVS – Centro de Vigilância Sanitária; CVE - Centro de Vigilância Epidemiológica; Plano das Bacias PCJ 2010-2020; Período para estudo do ISA PCJ será de um ano, e será publicado a cada 2 anos; Os Municípios com melhor nota no ISA PCJ receberão um prêmio de Saúde Ambiental; Os Municípios com menos nota no ISA PCJ devem assinar termo de compromisso para melhoria da Saúde

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 66ª Reunião Ordinária – 04//10/2016- 09h00min

UNESP – Rio Claro - Endereço: Av. 24 A, 1515 - Jardim Bela Vista, Rio Claro - SP, 13506-900

Ambiental do Município. Para a avaliação do ISA: Serão atribuídos faixas de valores aos indicadores do ISA, utilizando a média ponderada para atribuir um peso, e assim estabelecer a nota do Município ou localidade. Inserir na política ações de saneamento da área rural. No Grupo de capacitações e Laboratórios as discussões se pautaram como segue: **1 - Capacitação e reciclagem de profissionais ligados diretamente às áreas operacionais de sistemas de abastecimento e tratamento residuário.** A ideia vem do fato de que muitos operadores de sistemas de tratamento não têm acesso a informações técnicas e teóricas que podem ser extremamente relevantes para a operação correta destes sistemas, podendo gerar, além de problemas no tratamento em si, também possíveis impactos ambientais.

Discutiu-se a melhor maneira de atingir esse público alvo, uma vez que esses profissionais muitas vezes trabalham em diferentes turnos e tem dificuldade em obter liberação para se deslocar a outros locais. Foram propostos modelos de cursos que seriam não apenas custeados por verba obtida junto ao Comitê, mas também ministrados por membros pertencentes ou indicados pelas câmaras técnicas. Estes cursos poderiam ser dados *in company*, ou fora das empresas, porém em locais mais próximos facilitando o acesso do público-alvo. Os cursos poderiam ser dados para turmas da mesma empresa ou para turmas de profissionais de diferentes empresas, formando multiplicadores para suas respectivas companhias. **2 – Estruturação de um programa Inter laboratorial de parâmetros físico-químicos e microbiológicos pertinentes aos sistemas de abastecimento e tratamento residuário.** Discutiu-se que a qualidade dos dados gerados pelos laboratórios de empresas de saneamento são de extrema importância, pois são utilizados por essas para o controle de seus processos e também podem ser utilizados como relevante histórico ambiental. Uma das ferramentas fundamentais para os sistemas de qualidade de um laboratório é o Inter laboratorial; método que avalia a qualidade dos resultados analíticos através de comparação com padrões analisados em outros laboratórios. Apesar de sua importância, não é uma prática tão comum, devido à dificuldades e custos de realizar tais programas. Um bom Inter laboratorial

requer um laboratório que seja responsável pela formulação adequada dos padrões, devida preservação, embalagem e envio aos laboratórios participantes, respeitando os prazos de preservação para os parâmetros envolvidos (esses prazos variam e podem ser bastante apertados para alguns parâmetros). A seleção de parâmetros também é vital, pois o programa deverá ser voltado ao escopo das empresas de interesse, levando em conta as metodologias e faixas de trabalho mais utilizadas por essas. A coleta de dados e posterior análise estatística dos mesmos, além da divulgação dos resultados e conclusões, mantendo a confidencialidade dos participantes, é outra etapa de suma importância e que também demanda logística adequada, profissionais capacitados e recursos. É interessante citar que, quanto maior for o número de participantes de um Inter laboratorial, deverá ser maior também a qualidade dos dados estatísticos e, conseqüentemente das conclusões.

- Dar continuidade ao Curso de PSA – trazer etapa dois; Treinamento direto aos técnicos de laboratórios; Formalizar um grupo de trabalho direto para treinamentos constantes, buscar parcerias junto a entidades: Funasa; CETESB; SABESP, - ANA; VISA, VE, CRQ, Agências Reguladoras. - Preparar um modelo de curso somente para operadores; Pleitear uma Convenção Inter laboratorial das ETE's e Eta's dos Comitês PCJ; - Montar um "cheque in" sobre os principais problemas que se encontra na ETA's e ETE's, e assim trabalhar para solução desses problemas. Ficou acordado que os membros iriam encaminhar propostas para o texto da Política a ser rediscutido na próxima reunião e a Coordenadora Adriana, iria repassar as informações a todos. A Próxima reunião da CTSAM será no dia 06 de dezembro de 2016, no Dae de Americana.
Encerramento: Finalizando a pauta e nada mais havendo a tratar a Coordenadora da CT-SAM agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

ADRIANA FABIANA CORRÊA
Coordenadora – CT-SAM